



## ANEXO

### HISTÓRICO PROCESSUAL PRODUZIDO PELA SERUR

#### PROCESSO Nº 814016/2021

#### REQUERIMENTO

(PROTOCOLO ENCAMINHADO À SERUR PARA ANÁLISE E INSTRUÇÃO DE PETIÇÃO DE *QUERELA NULLITATIS*)

## 1. INTRODUÇÃO

As informações apresentadas neste documento foram preparadas para expor ao responsável pela Secretaria de Controle Externo de Recursos (Serur) a contextualização do Processo nº 814016/2021 (Requerimento), bem como dos demais protocolos relacionados ao objeto discutido (Processo nº 81078/2017, Tomada de Contas Especial; e Processo nº 238902/2015, Tomada de Contas Especial), oferecendo-lhe uma visão histórica, completa e sistemática dos autos visando subsidiá-lo na elaboração de um despacho sintético, exato e confiável.

Nisso, de pronto, seguem as informações selecionadas ao fim proposto.

## 2. INFORMAÇÕES HISTÓRICAS DO PROCESSO Nº 814016/2021 (REQUERIMENTO)

O Processo nº 814016/2021, autuado como requerimento (Documento nº 268950/2021), trata de Ação Declaratória de Nulidade de Ato Jurídico (*querela nullitatis insanabilis*), interposta pelo senhor Rafael Bello Bastos, ex-gestor da SECITEC-MT, em razão de vício insanável decorrente de defeito em citação por edital no Processo nº 81078/2017.

Seguem os pedidos registrados na petição:

*a) O recebimento e deferimento da presente Ação Declaratória de Nulidade de Ato Jurídico (querela nullitatis insanabilis) em relação ao Requerente, Sr. Rafael Bello Bastos, em razão do vício insanável decorrente de defeito na citação por edital, considerando a ausência de providências prévias necessárias, com fundamento no art. 144 do RITCE/MT c/c art. 239 do CPC e art. 63 da Lei Complementar Estadual n. 269/2007;*





*b) Por consequência, a procedência do pedido de anulação de todos os atos administrativos posteriores à eivada citação por edital, inclusive declarando nulos os atos decisórios proferidos, em especial, à determinação de restituição ao erário e à respectiva multa aplicada;*

*c) O reconhecimento e a declaração de prescrição dos fatos apurados nos processos n. 81078/2017 e 238902/2015, Acórdão nº 29/2018-PC, em relação ao Requerente (Sr. Rafael Bello Bastos, CPF n. 902.339.560-34), bem como determinar a extinção do processo com resolução de mérito e posterior arquivamento, em relação ao interessado;*

*d) Posteriormente, determinar ao núcleo de sanção do TCE/MT para a imediata exclusão dos apontamentos relacionados ao Requerente (Sr. Rafael Bello Bastos, CPF n. 902.339.560-34);*

*e) Determinar o traslado de cópia da decisão para ciência do ente público originário, para que providencie as baixas e exclusões necessárias, e o encaminhamento para os demais órgãos de controle do Estado de Mato Grosso (em especial o Ministério Público do Estado), com o objetivo de dar ciência da decisão tomada.*

Em decisão monocrática (Julgamento Singular nº 358/DN/2022, Documento nº 107419/2022), o Relator decidiu pelo conhecimento da *querela nullitatis* e deferiu o pedido de efeito suspensivo do Acórdão nº 29/2018-PC, exclusivamente em relação aos apontamentos que afetam o requerente, até a apreciação do mérito processual.

Por meio de decisão plenária (Acórdão nº 137/2022-TP, Documento nº 124600/2022), os Conselheiros, unânimes, acompanhando o voto do Relator (Documento nº 117248/2022) e de acordo com o Parecer nº 1.006/2022 do Ministério Público de Contas (Documento nº 111995/2022), decidiram homologar o Julgamento Singular nº 358/DN/2022.

De pronto, após a homologação plenária, o Relator decidiu pelo encaminhamento dos autos a esta unidade para análise e instrução (Documento nº 138031/2022).

### **3. INFORMAÇÕES HISTÓRICAS DO PROCESSO Nº 81078/2017 (TCE)**

O Processo nº 81078/2017 tratou de Tomada de Contas Especial (TCE), cuja fase externa iniciou-se em 16/02/2017 com a instauração processual no TCE-MT pela SECITEC-MT (Documento nº 114950/2017 do Processo nº 81078/2017), objetivando a fiscalização do Contrato nº 27/2013 (R\$ 1.439.999,64) e do Contrato nº 48/2013 (R\$ 5.039.998,74), ambos firmados com o Instituto de Desenvolvimento Humano de MT (IDH/MT).





As contas analisadas na Tomada de Contas Especial instaurada pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECITEC-MT) foram julgadas irregulares, por meio do Acórdão nº 29/2018-PC (Documento nº 97777/2018 do Processo nº 81078/2017), na gestão do senhor Fábio Vieira Alves, superintendente de Gestão Sistêmica, encaminhada ao TCE-MT na gestão do senhor Domingos Sávio Boabaid Parreira, em decorrência de irregularidades no processo licitatório do Pregão Presencial nº 15/2013, que originou a Ata de Registro de Preços nº 11/2013 e os Contratos nºs 27/2013 e 48/2013, os quais foram firmados entre a mencionada Secretaria, na gestão do senhor Rafael Bello Bastos, e o Instituto de Desenvolvimento Humano (IDH), sob a responsabilidade do senhor Paulo Vitor Borges Portella.

A fase interna da TCE iniciou-se em 13/01/2015 na SECITEC-MT por processamento interno (Protocolo nº 13254/2015/SECITEC-MT) (Documento nº 115901/2017 do Processo nº 81078/2017).

Em razão de objeto idêntico, o Processo nº 238902/2015 (Tomada de Contas Especial) foi apensado ao Processo nº 81078/2017.

Atualmente, na data de 31/07/2022, o Sistema Control-P mostra que o Processo nº 81078/2017 encontra-se tramitado ao Serviço de Arquivo do TCE-MT.

Produzido por Alexandre Magno Ribeiro, Técnico de Controle Público Externo  
Secretaria de Controle Externo de Recursos, Cuiabá-MT, 31/07/2022

